

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

## A RUPTURA NECESSÁRIA

1. A implementação de nosso programa de governo para o Brasil, de caráter democrático e popular, representará uma ruptura com o atual modelo econômico, fundado na abertura e na desregulação radicais da economia nacional e na conseqüente subordinação de sua dinâmica aos interesses e humores do capital financeiro globalizado. Trata-se, pois, de *propor para o Brasil* um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo. Será preciso *ousar*, rompendo com o conformismo fatalista pretensamente pragmático que sonega direitos básicos da população e resgatando os valores éticos que inspiraram e inspiram as lutas históricas pela justiça social e pela liberdade. Será necessário, de igual modo, avaliar com objetividade as restrições e potencialidades do atual quadro sócio-político e econômico do país, para evitar um voluntarismo que poderia frustrar a proposta de transformação da economia e da sociedade brasileiras.
2. As profundas desigualdades econômicas, sociais e políticas, a situação periférica de nosso país no contexto internacional deitam raízes no passado escravista e colonial. O período desenvolvimentista, iniciado nos anos 1930, colocou na agenda o tema de um projeto nacional. Na prática, o modelo nacional desenvolvimentista propiciou altas taxas de crescimento econômico, a montagem de uma relevante estrutura industrial e a integração de um mercado interno de porte considerável. Simultaneamente, tal modelo acarretou o aumento da concentração de renda, da terra e da riqueza em geral, e uma acelerada degradação ambiental, além da consolidação, sob novas modalidades, da posição estratégica do capital estrangeiro na economia brasileira, o aprofundamento das disparidades regionais e longos períodos autoritários.
3. Ocorreram, por outro lado, recomposições nas relações de poder e dinheiro, mas nunca rupturas efetivas, com a acomodação e a permanência de todos os setores dominantes, fossem “atrasados” ou “modernos”. Nesse sentido, o Estado brasileiro, com base em uma presença marcante na vida econômica e social, ousou arbitrar perdas para ao menos uma parte dos interesses dominantes. Diante de impasses econômicos, o Estado, aproveitando conjunturas internacionais favoráveis, comandava processos de “fuga para a frente”, reiterando ou aprofundando a dependência externa (tecnológica e, sobretudo, financeira). Com a emergência da crise da dívida externa, no quadro da globalização financeira e da nova revolução tecnológica, selou-se o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista, caracterizado pelo binômio dependência e desenvolvimento.
4. Após a primeira “década perdida” (os anos 1980), e frente aos avanços das lutas sociais no contexto da redemocratização, a década de 1990 se inicia com uma reação conservadora de inspiração neoliberal. O ideal do mercado auto-regulador, que tende a submeter a natureza e a vida das pessoas à lógica do mercado, induz à proposta do Estado mínimo. Mas isto não levou à restrição da ação do Estado na economia, e sim à mudança substancial de seu caráter, concentrando-se fundamentalmente em dois aspectos: a criação de espaços de expansão e lucratividade para as atividades privadas e a preservação das condições de reprodução do capital financeiro globalizado.
5. Tal concepção teve diversas implicações: deslocou para o plano privado decisões e funções de natureza pública, transformou serviços públicos de caráter universal em mercadorias, levou à desregulamentação de atividades essenciais de infra-estrutura, reduziu o horizonte das preocupações econômicas aos aspectos fiscais e monetários de curto-prazo, ignorando os problemas estruturais da economia e deixando apenas para o mercado (como se este fosse capaz de fazê-lo) os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico. Em particular, o ideário neoliberal produziu um enorme descaso pelo social, agravando o nível de concentração de renda e ampliando a exclusão social.

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

6. O programa de privatizações, concebido à margem de uma visão estratégica de desenvolvimento nacional, sem um marco regulatório adequado, e ante a fragilização do Estado, debilitou a infra-estrutura, comprometendo a competitividade sistêmica e o potencial de crescimento da economia. Provocou, também, uma elevação nos preços relativos de bens públicos importantes, como energia elétrica, telefonia e transporte. Em razão do encarecimento, esses bens passaram a pesar mais na renda de amplas camadas da população, especialmente a mais pobre. De mais a mais, se o problema alegado pelo governo era o de escassez de recursos, ele fez uma escolha privatizando os ativos existentes, ao invés dos novos investimentos. Em suma, as privatizações foram um grande negócio, patrocinado pelo governo federal, de transferência de um patrimônio público construído pelo Brasil durante décadas para grupos privados nacionais e estrangeiros: na ausência de uma visão estratégica, perdemos o controle sobre insumos básicos da economia e, com isso, perdemos também competitividade.
7. Uma das principais conseqüências dessas políticas foi a desestruturação do Estado brasileiro e a limitação de sua autonomia na formulação e gestão da política econômica. Isso se deu por meio de dois vetores: a deterioração de sua base financeira e de sua capacidade operacional e de investimento, resultante dos efeitos das políticas de abertura e desregulamentação radicais da economia; e o esvaziamento de suas funções de apoio e orientação do desenvolvimento, decorrente da super-valorização do papel do mercado na direção e regulação da economia.
8. A dependência de capitais externos e a manutenção de uma taxa de juros extremamente elevada, resultantes daquelas políticas, tiveram impactos destrutivos sobre as finanças públicas, produzindo um volumoso endividamento do Estado e transformando os juros no principal vetor do déficit público (embora a carga tributária tenha se expandido bastante no período). As políticas de ajuste adotadas devido aos acordos com o FMI, ao invés de eliminarem a propensão ao endividamento, levaram a priorizar o pagamento dos encargos financeiros da dívida pública, com o sacrifício dos investimentos em infra-estrutura, em ciência e tecnologia, e dos gastos sociais do Estado.
9. Uma característica central do modelo implantado nos anos 1990 diz respeito à dependência e à vulnerabilidade externas da economia brasileira. As políticas de abertura comercial e financeira sem reciprocidades, iniciadas pela administração Collor e radicalizadas pelo governo FHC, cujos efeitos foram amplificados pela sobrevalorização da taxa de câmbio no período de 1994/1998, agravaram extraordinariamente a crônica dependência da economia brasileira ao capital estrangeiro. Por um lado, destruíram o saldo comercial, elevaram o coeficiente de importações da economia e expandiram gastos com serviços não financeiros, principalmente turismo e fretes; por outro, aumentaram o passivo externo – devido à expansão do endividamento externo privado e do crescimento do estoque de capital estrangeiro – e seus encargos financeiros, sem gerarem, em contrapartida, efeitos relevantes em termos de aumento da capacidade produtiva e de exportação do país. Esta abertura também contribuiu para a destruição e desnacionalização de uma parte significativa do nosso Parque Industrial privado, especialmente no setor de bens intermediários.
10. Nesse contexto, a estabilidade de preços - única prioridade do atual modelo econômico – foi alcançada com o sacrifício de outros objetivos relevantes, como o crescimento econômico, o nível de emprego, a solidez das finanças públicas e das contas externas. Optou-se, uma vez mais, por uma “fuga para a frente”, aproveitando-se de uma conjuntura internacional vinculada à abundante oferta de capital financeiro, sobretudo especulativo. Em contraste (desvantajoso) com o período desenvolvimentista, o país experimentou uma segunda “década perdida”, caracterizada pela dependência externa sem desenvolvimento. No século XX, somente os governos de Venceslau Brás na Primeira Guerra Mundial, Washington Luiz na crise de 1929 e governo Collor fizeram o

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

país crescer menos que o período de FHC, o qual apresenta uma taxa média de apenas 2,3% do PIB ao ano.

11. Ao elevar as necessidades de financiamento externo a níveis críticos e abolir as restrições ao movimento de capitais, as políticas aplicadas transformaram a dependência do capital estrangeiro em um mecanismo de internalização da instabilidade do mercado financeiro globalizado e de subordinação do funcionamento da economia nacional às prioridades e interesses dos credores e investidores externos. Portanto, tais políticas, sobretudo durante os governos FHC, reforçaram, sob novas modalidades, o caráter passivo e subordinado da inserção do país na economia mundial. Nessas condições, as mudanças no cenário internacional e as debilidades estruturais internas convergem no sentido de transformar a recessão no instrumento privilegiado de ajuste da economia.
12. No plano internacional, diante dos debilidades do Mercosul – agravados pela profunda crise argentina – uma questão essencial diz respeito à proposta dos Estados Unidos de conformação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. No âmbito comercial, a assimetria de recursos, de capacidade tecnológica, de escalas de produção e de sistemas de proteção anulariam as eventuais vantagens da expansão do intercâmbio com os Estados Unidos, inclusive porque, no melhor dos casos, esta tenderia a reforçar nossa especialização em atividades tradicionais de baixo conteúdo tecnológico. A ALCA, porém, é muito mais que uma proposta de acordo comercial, abrangendo todos os aspectos-chave da economia – tais como a desregulamentação dos fluxos de capital, a proteção a investimentos estrangeiros, a abertura dos serviços – inclusive nas áreas de cultura e comunicação – e das compras governamentais ao capital estrangeiro, além da regulamentação da propriedade intelectual.
13. Ficariam de fora, apenas, o mercado de trabalho e o acesso às tecnologias monopolizadas pelas corporações e pelo Estado norte-americano. Nesse sentido, uma adesão a esse acordo, tal como está sendo proposto, representaria, de fato, o aprofundamento do movimento de abertura e desregulamentação econômica e financeira em curso, que conduziu ao debilitamento político do Estado nacional brasileiro, à desnacionalização e à fragilização de sua economia, bem como ao agravamento da questão social. A recente aprovação, pela Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, de autorização para que o Executivo negocie acordos comerciais que o Congresso só pode aprovar ou rejeitar em bloco (o chamado fast track), confirma com clareza tal visão. A inclusão de cláusulas restritivas a transferência de tecnologia e a flexibilização sobre patentes, e outras que retiram de governos nacionais (como o Brasil) poder para regular investimentos, ao lado da retirada do campo de atuação do Executivo de itens relevantes de negociação, como os subsídios à agricultura e as regras “anti-dumping”, são exemplos destacados disso.
14. No plano político interno, destaque-se, de início, a preocupante situação do federalismo brasileiro. Num país como o Brasil, de grandes dimensões territoriais, marcado por uma valiosa diversidade cultural, mas por profundas desigualdades regionais, a origem histórica do federalismo – na República Velha – esteve ligada a um pacto das oligarquias regionais. O coronelismo, longe de se restringir ao poder local, era na verdade um sistema político que integrava, através das trocas de favores, os chefes políticos locais, as oligarquias regionais e o governo federal, sob o comando das segundas. Hoje em dia, o sistema político é outro. Ele guarda, porém, relevantes características herdadas de sua origem.
15. O presidencialismo brasileiro possui um viés centralizador e autoritário. Ademais, o governo precisa recontratar, a cada momento, os termos de apoio de sua base parlamentar. Os governantes de estados mantêm importante peso político – inclusive porque costumam comandar os parlamentares federais aliados em seus estados. Cruzando tais relações, boa parte dos deputados federais se sustenta a partir de apoios

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

de lideranças locais, em especial prefeitos. A tônica das relações políticas continua a se basear no clientelismo, daí derivando uma forte tendência governista. Trata-se, pois, de um sistema político no qual a troca de favores opera de cima em baixo, do âmbito federal ao local, passando pelo estadual. A coalizão conservadora montada pelo governo FHC comanda tal sistema a partir do centro. Nesta lógica, o sistema político conservador exclui a participação da população na tomada de decisões políticas, mantendo a prática tradicional das elites brasileiras. Ao mesmo tempo, reconstituiu permanentemente canais privilegiados para a atuação dos interesses econômicos privados, nacionais e internacionais.

16. Nos anos 1990, ademais, o governo federal levou a efeito um processo de reconcentração de recursos e de desconcentração de atribuições, em reação à constituição de 1988. Assistiu, em geral de forma passiva, a generalização da guerra fiscal de cunho predatório entre estados e municípios. E submeteu todas as instâncias federativas aos critérios e prioridades da política macroeconômica através da Lei de Responsabilidade Fiscal que, apesar dos aspectos necessários ao controle fiscal, tolhe elementos importantes de autonomia dos entes federados, engessando, em alguns casos, os investimentos em políticas sociais. Enquanto isso, observa-se uma solene omissão no que diz respeito a políticas macro-regionais e a políticas micro-regionais (em particular, nas áreas metropolitanas). O produto dessa perversa combinação entre sistema político centralizador e clientelista e "individualismo" da guerra fiscal (que negando a cidadania e a cooperação federativa) tem sido o aprofundamento das disparidades regionais e dos problemas urbanos.
17. Sob o ângulo da nossa cultura política, a presença, no âmbito privado, da força das relações familiares e de amizade – uma das marcas da cultura nacional –, tem sido historicamente metamorfoseada, no âmbito público, em relações patrimonialistas, clientelistas, na tendência à conciliação. Tratam-se de elementos de privatização do público, de formas de compensação social "privadas" que contribuem para legitimar as inaceitáveis desigualdades do país, produzindo uma atrofia da esfera pública democrática, espaço por excelência de luta por direitos de cidadania. Tais características de nossa cultura política – convém lembrar – são alimentadas pela presença de relações formalmente democráticas. Daí, pois, o ressurgimento com vigor do clientelismo no momento da redemocratização, isto é, em paralelo ao avanço das lutas e conquistas sociais na década de 1980.
18. Não é casual, portanto, que nos anos 1990 a reiteração do patrimonialismo (apropriação privada de recursos públicos), sob o olhar mais vigilante de meios de comunicação, venha produzindo uma coleção de casos de corrupção e problemas de ética política. Nem tampouco que a persistência do clientelismo, aliada à limitação de recursos para o social, apresente-se como forte obstáculo à implementação de políticas públicas de caráter universal.
19. Há, porém, um agravante: a coalizão conservadora no poder (sobretudo durante os governos FHC), ao assumir as teses do consenso neoliberal, atuou no sentido de tornar mais intensos os processos de privatização do público. De um lado, em sua face mais visível, implementou amplo programa de privatização do setor produtivo estatal. De outro, ao combater direitos sociais e trabalhistas, taxando-os de "custo Brasil", procurou desqualificar as próprias reivindicações por direito na cena pública, com o sentido de despublicizá-los – os ataques aos movimentos sindicais e sociais, a desativação das câmaras setoriais, etc.
20. No terreno da ação estatal, iniciativas isoladas de instituir novos procedimentos de gestão pública caíram no vazio, em face das investidas de desvalorização do serviço público (e dos servidores públicos em geral), da desestruturação dos mecanismos de planejamento e das decisões de cunho clientelista (próprios da ampla coalizão de poder). Por exemplo, em programas que supõem a integração entre diferentes

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

ministérios, as decisões são tomadas por estes de modo isolado e, em muitos casos, com base em critérios de trocas de favor.

21. Esta é, em suma, a difícil herança – do passado histórico e sobretudo do período mais recente – com a qual nos defrontamos. Para quem defende, não uma mera “continuidade sem continuísmo”, pela adoção de uma política “desenvolvimentista” que agrega o “social” como acessório, mas sim uma verdadeira transformação inspirada nos ideais éticos da radicalização da democracia e do aprofundamento da justiça social, não pode restar dúvida de que um governo democrático e popular precisará operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente, estabelecendo as bases para a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo.
22. Tal projeto deverá incorporar o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional; terá o social como referência central do desenvolvimento – ou seja, o desenvolvimento sustentável incorporará em sua própria dinâmica interna a distribuição de renda e de riqueza, a geração de emprego, a inclusão social e o uso dos recursos naturais com sustentabilidade; e buscará criar condições, de modo permanente, para a democratização do Estado e da política. Sua implementação só será possível a partir da constituição de uma nova coalizão de forças que rompa com os sucessivos pactos conservadores que vêm dominando o país há décadas. É hora de ousar, pois é em momentos de grandes mudanças mundiais, como este, que se abrem novas possibilidades para os países da periferia do sistema, como o Brasil, conquistarem uma posição de inserção soberana no mundo.

## **AS BASES DE UM PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR PARA O BRASIL**

23. O novo modelo de desenvolvimento brasileiro deverá articular três eixos estruturantes: o social, o democrático e o nacional. Por um lado, sendo a democracia concebida como meio e como fim, como procedimento e como conteúdo – e portanto muito mais que um regime político – o democrático é inseparável do social. Por outro lado, historicamente, as coalizões políticas que têm governado o país fizeram-no sustentadas na dependência externa e, internamente, fechando-se sobre si mesmas, de modo autocrático; daí que o democrático seja indissociável do nacional. Por fim, se o processo de globalização em curso não estabelece fronteiras para as mercadorias e para o capital (que se concentram em poucos países), os povos, em particular os mais pobres, continuam obrigados a viver no território do seus próprios países; por isso, a questão social é inseparável da questão nacional.

### **I. O SOCIAL**

24. Os modelos de desenvolvimento anteriores sempre relegaram o social a um plano secundário e residual, o que se expressa na permanência de índices inaceitáveis de pobreza e desigualdade na distribuição da renda e da riqueza. A reversão desse quadro é o ponto de partida para o estabelecimento de uma nova dinâmica de desenvolvimento. No entanto, ela não depende apenas da retomada do ritmo de crescimento da economia ou da manutenção de certo grau de estabilidade dos preços internos. Embora a estagnação econômica e o descontrole da inflação tendam a penalizar os segmentos com menor capacidade econômica, a miséria e a desigualdade, na nossa experiência histórica, têm aumentado também em períodos de crescimento ou de relativa estabilidade de preços.

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

25. A transformação do social no eixo do desenvolvimento significará, também, mais do que a revalorização dos aspectos sociais – como o combate à fome, a educação, a saúde, o saneamento, a habitação e a cultura. Por um lado, será necessário incidir sobre fatores estruturais que determinam os padrões de apropriação e distribuição da renda e da riqueza, como as relações da propriedade da terra e do capital, as relações de trabalho, as modalidades de organização e de integração dinâmica do sistema produtivo, o caráter do Estado e suas conseqüências na tributação e no uso dos recursos públicos.
26. Por outro lado, a materialização de mudanças na estrutura de distribuição de renda e riqueza só será possível se as medidas redistributivas adotadas forem acompanhadas por transformações na produção e no investimento que as orientem para um amplo mercado de consumo essencial de massas. Por isso, os programas de investimento nos setores sociais devem ser concebidos como verdadeiros vetores de crescimento e transformação da economia. Assim, a questão social deve ser considerada como um elemento central e essencial de nossa estratégia, a partir de uma ótica que contemple a democratização da cultura, do esporte e do lazer aliada ao combate ao racismo, à opressão de gênero, à discriminação por orientação sexual, por geração, condição física ou mental, origem regional ou qualquer outra motivação.
27. O novo modelo de desenvolvimento subordinará, pois, a dinâmica econômica aos objetivos e às prioridades macro-sociais que, no atual estágio do país, são fundamentalmente três: a) a inclusão de 53 milhões de brasileiros, sub-cidadãos que sobrevivem em condições de extrema precariedade, sem acesso aos bens e serviços essenciais a uma vida minimamente digna; b) a preservação do direito ao trabalho e à proteção social de milhões de assalariados, pequenos e médios produtores rurais e urbanos, inativos de baixa remuneração e jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho (todos ameaçados pelas tendências excludentes do atual modelo econômico); e c) a universalização dos serviços e direitos sociais básicos, com a elevação progressiva da qualidade dos serviços prestados e o crescente envolvimento da população na sua gestão. Em paralelo, o novo modelo deverá incorporar, também, um caráter ambientalmente sustentável, levando a uma ocupação mais racional do espaço, sobretudo dos recursos naturais e das fontes de água e energia.
28. Avançar em direção a esses objetivos implicará um persistente esforço de crescimento econômico e de ampliação da capacidade de geração de emprego, de expansão e redirecionamento do gasto público e de democratização dos direitos de propriedade e utilização da terra e do capital, no campo e nas cidades, inclusive através do fomento da economia solidária. Implicará também elevar progressivamente o piso de remuneração da força de trabalho, para transformar o salário-mínimo em um salário básico compatível com a satisfação das necessidades essenciais de cada família. Nesta mesma perspectiva será necessário não só manter as garantias sociais e conquistas legais das classes trabalhadoras, mas também gerar condições políticas para regular e dar garantia às novas atividades e prestações de serviços que surgiram recentemente à margem do trabalho assalariado e que permanecem sem regulação do Estado.
29. Os movimentos de expansão de consumo e da produção devem ser sincronizados e implementados de forma progressiva e sustentável, para limitar a geração de pressões sobre os preços e as importações e para favorecer a internalização dos efeitos retroalimentadores da expansão da demanda sobre o emprego, a produção e os investimentos. A adequação da capacidade produtiva existente ao aumento do potencial de consumo de amplos setores da população envolverá, ao lado dos citados programas de investimentos nas áreas sociais (como habitação, saneamento e serviços públicos), dois aspectos centrais.
30. Em primeiro lugar, será ampliada a produção de bens de consumo popular – bens tradicionais, como calçados, têxteis, móveis – e, em particular, os alimentos, cuja elasticidade da demanda frente a políticas redistributivas (isto é, para baixos níveis de

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

renda) costuma ser bastante elevada; a organização do abastecimento desses bens, fator crítico no caso dos alimentos, será fundamental para assegurar a eficácia no esforço de aumento de produção, o qual requer, por sua vez, a expansão e a integração da infra-estrutura de serviços básicos. Em segundo lugar, será necessária a expansão seletiva da oferta de bens produzidos pelos setores mais modernos e dinâmicos da economia, dado que parte do movimento da demanda incidirá sobre bens finais manufaturados mais complexos e componentes de suas cadeias produtivas (com desdobramentos sobre outros segmentos da economia).

31. Esse padrão de crescimento tenderá a afetar relativamente menos as restrições externas existentes, uma vez que o coeficiente de importações implícito na expansão da oferta de bens de consumo populares e serviços de consumo coletivo é inferior ao coeficiente correspondente ao atual padrão médio de consumo. Adicionalmente, um aumento na escala de produção de bens de uso generalizado criará, também, melhoria das condições de competitividade externa dessas indústrias – algo relevante no quadro de restrição cambial que o país terá de enfrentar no futuro imediato.
32. Colocar o social como eixo do novo modelo significará, ademais, valorizar de forma efetiva políticas públicas voltadas a garantir direitos sociais e, mais geralmente, os direitos humanos. Em primeiro lugar, a reforma agrária deve se constituir num instrumento básico para a viabilização do novo modelo de desenvolvimento econômico do País, sendo fundamental para o enfrentamento da crise social e para o fomento da agricultura familiar. A implantação de um verdadeiro Programa de Reforma Agrária deverá contar, entre outros instrumentos, com o concurso da desapropriação da grande propriedade rural improdutiva, nos termos da Constituição Federal. Sua aceleração permitirá, no curto-prazo, elevar o emprego na agricultura com investimento relativamente baixo e com reduzidos gastos de divisas, proporcionando segurança alimentar a trabalhadores sem terra e suas famílias. A posterior expansão e integração da produção de alimentos, em paralelo à consolidação das diversas formas de organização produtiva dos beneficiários, desempenhará papel relevante na regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional. A maior eficácia da reforma será alcançada pela ampliação da participação dos beneficiários em todas as suas fases e pela implantação de esquemas de financiamento e comercialização que contribuam para a viabilização econômica das unidades produtivas criadas. É importante registrar, por fim, que o fim da violência e da impunidade no campo é um compromisso de governo.
33. A habitação popular, além de aspiração legítima, gera muitos empregos, assegura estabilidade familiar, não tem impacto negativo no balanço de pagamentos e desencadeia grande impulso na economia. Assumirá, por isso, condição de prioridade. Um grande desafio será construir uma parceria eficaz com a iniciativa privada e equacionar a questão do financiamento. Por outro lado, uma reforma urbana que agilize o acesso à propriedade imobiliária da população de baixa renda será decisiva: a segurança da propriedade do terreno na periferia das grandes cidades será fundamental para viabilizar o financiamento imobiliário e fomentar a construção civil popular.
34. No campo do direito à educação, não é possível tolerar o analfabetismo, num contexto de tantas exigências no mundo do trabalho e, sobretudo, no próprio exercício da cidadania. A educação não é mera forma de adestramento da força-de-trabalho, mas condição para a cidadania. É preciso universalizar o ensino básico e reduzir a evasão escolar, tendo como preocupação central a qualidade do ensino. Nesta perspectiva, o novo Governo deverá reverter o atual processo de municipalização predatória da escola pública e estabelecerá um novo marco de solidariedade entre os entes federativos para assegurar a garantia de universalização da educação básica e o resgate da qualidade do ensino em todos os níveis. Nesse contexto, é decisiva a elevação substancial da escolaridade média da população, bem como o fomento ao ensino profissionalizante e ao de segundo grau. As universidades públicas e os institutos de pesquisa – na qualidade de instituições complexas, que detêm a síntese da capacidade intelectual,

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

científica e cultural – serão valorizadas e integradas ao processo de desenvolvimento nacional, considerando seu papel na recuperação da capacidade de produção endógena de tecnologia e seu papel crítico diante da sociedade.

35. A valorização da cultura nacional é um elemento fundamental no resgate da identidade do país. É preciso, pois, abrir espaço para a expressão de nossas peculiaridades culturais (inclusive as de corte regional), sem que isso se confunda com um nacionalismo estreito, mas sim articulado e aberto às culturas de todo o mundo. Trata-se, na linha de nossa melhor tradição cultural, de resgatar os traços peculiares de nossa identidade em formas de expressão de cunho universal, isto é, em diálogo aberto com todo o mundo. É essencial, nessas condições, realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania à produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de idéias e de formas de expressão artística. De modo análogo, é importante fomentar a formação e a prática de esportes e de atividades de lazer, como contribuição à melhoria da qualidade de vida no país.
36. O sistema único de saúde pública é uma grande conquista da sociedade brasileira e precisa ser implantado em sua plenitude, incorporando inclusive modelos de gestão que levem à melhoria da qualidade e à otimização dos recursos a serem disponibilizados. O acesso da população aos medicamentos essenciais e de uso continuado, o fomento à produção de medicamentos genéricos e o impulso às políticas de saúde preventiva, ao lado do fortalecimento de programas como o de saúde da família, são componentes de um compromisso básico de defesa da vida. Igualmente relevante será construir um sistema previdenciário universal, até certo limite de renda – sem qualquer tipo de distinção ou privilégio – que abranja toda a sociedade. A partir desse patamar, serão oferecidos sistemas previdenciários complementares, públicos ou privado. O aperfeiçoamento no sistema de arrecadação tributária e a gestão transparente e tripartite do sistema previdenciário serão essenciais para reduzir desperdícios e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
37. Diante do crescimento assustador da violência, que tem levado à consolidação, no cotidiano da população, da banalização da vida e da arquitetura do medo, o país necessita, mais do que nunca, de uma política nacional de segurança pública, priorizando a segurança da cidadania na qualidade de direito. Um amplo programa de combate à violência, ao narcotráfico e ao crime organizado supõe uma nova concepção de segurança pública, envolvendo planejamento, definição de metas e estratégias, investimentos em qualificação técnica e profissional e incluindo a integração do sistema policial e uma completa revisão do código penal e do sistema prisional (inspirado por penas alternativas). Deve ganhar destaque não apenas a repressão, mas a prevenção da violência. Dada, afinal, a divisão de atribuições, tal política não poderá prescindir da parceria com estados e municípios.
38. A afirmação dos direitos contra a discriminação, relacionados com raça, gênero, orientação sexual, condição física ou mental é parte integrante da defesa dos direitos humanos. Em particular, é preciso implementar políticas de combate à violência que atinge as mulheres, no lar ou fora dele, bem como as crianças e adolescentes. Negros e negras são especialmente atingidos por inúmeras formas de discriminação econômica, social e pela violência. Em complemento às grandes reformas de combate à discriminação, deve-se romper o silêncio das instituições e constituir mecanismos de ação afirmativa. Caberá ao Estado, na perspectiva de resgate da dignidade e da igualdade de direitos, criar condições para a conquista da igualdade de condições e de tratamento que beneficiem os grupos sociais mais atingidos pela discriminação, como as mulheres, a população negra e índia, homossexuais, pessoas portadoras de deficiência, etc. O estímulo à organização autônoma e à participação política desses segmentos é parte decisiva de nosso compromisso estratégico com os direitos de cidadania.

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

39. A aceleração do crescimento econômico, acompanhada de distribuição de renda e riqueza, permitirá integrar expressivos contingentes da população brasileira ao mercado. Uma parcela da população, contudo, que se encontra excluída do acesso, mesmo que precário, à economia e aos direitos básicos, só seria atingida em décadas, o que é eticamente inaceitável. A exclusão social é, na verdade, multidimensional: ela se expressa de modo particular no nível econômico, mas incorpora também, em geral, as dimensões urbana e rural, cultural, social, política, manifestando-se tanto em termos objetivos quanto subjetivos. É preciso, pois, criar condições, proporcionar recursos, para que a população excluída possa transitar para uma situação de inclusão social. Propõe-se, nesse sentido, um amplo programa integrado de inclusão social que, superando as abordagens setoriais ou compensatórias, trate o acesso à inclusão social plena como um direito de cidadania, em suas várias dimensões. Para tanto, será necessário levar a efeito uma efetiva integração de políticas, tendo o fortalecimento da família como centro, e dotado de acompanhamento de resultados e participação direta da população beneficiária.
40. Ganha relevo, nesse quadro, a instituição de uma renda mínima, associada à educação (como nos programas bolsa-escola), abrangendo todo o território nacional, como ingrediente de um programa de complementação de renda familiar. O programa bolsa-escola nacional do governo FHC – apesar do aumento de recursos previstos inicialmente, em que a bancada do PT teve papel destacado – é ainda muito tímido quanto aos benefícios e se sustenta numa visão estanque, insuficiente do problema da exclusão social. A renda mínima que propomos, articulada ao programa de inclusão social, deve ser vista como um passo na direção da implementação – quando houver condições fiscais – de uma renda básica de cidadania enquanto direito de toda a população brasileira.
41. A instituição de políticas e mecanismos de apoio à economia solidária é igualmente decisiva. No campo, isso significa distribuir terra e propiciar acesso a recursos financeiros para a aquisição de ferramentas, sementes, crédito e extensão agrícola, incorporando ao mesmo tempo a consciência de que a cooperação e a ajuda mútua são imprescindíveis para o êxito econômico. Nas cidades não é diferente, sendo preciso estimular a mobilização das comunidades excluídas, capacitando-as a se organizar, cooperar e interagir de modo solidário, além de fornecer recursos materiais e intelectuais (tecnologias de produção, financeira, de marketing, gerencial) para poderem competir e ter acesso ao mercado. É necessário proporcionar à economia solidária em construção condições objetivas do se financiar e criar mercados para a sua produção. Para tanto, o Banco Central, em colaboração com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, deve apoiar ativamente a constituição de uma rede de crédito solidário, incluindo a formação de cooperativas populares de crédito.
42. O programa de inclusão social deve incorporar, também, o combate à fome no país, com a perspectiva de sua erradicação. É preciso, pois, estabelecer uma política de segurança alimentar, baseada em iniciativas diversificadas, que permita o acesso a uma cesta básica de produtos que melhore progressivamente com o aumento da produção e da distribuição de alimentos (especialmente para as crianças). Fica clara, pois, a complementaridade entre a política de combate à fome e a mudança estrutural de modelo proposta.
43. O caráter multidimensional da exclusão e da inclusão social conduz, ainda, à necessidade de integrar ao programa de inclusão social políticas educacionais (em particular, de alfabetização e de formação profissional), de saúde (como a saúde da família) e culturais e de lazer, voltadas à criança e ao adolescente. No caso das cidades, a exclusão urbana tende a se concentrar em favelas e loteamentos irregulares, razão pela qual são essenciais, também, políticas de habitação popular, de urbanização de favelas e de regularização fundiária, além de combate à violência urbana.

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

44. O financiamento desse conjunto de políticas públicas vinculadas à garantia de direitos sociais supõe, evidentemente, uma profunda alteração no perfil do gasto público. Tal alteração, que deve criar um espaço considerável para o gasto social (assim como para os investimentos em infra-estrutura, ciência e tecnologia), resultará da implementação global do novo modelo de desenvolvimento – o que envolve a redução da vulnerabilidade externa e a recomposição das finanças públicas. De qualquer modo, os recursos à disposição, particularmente no período inicial, imporão limites à abrangência do conjunto das políticas sociais. Isso exigirá uma ampla revisão dos programas atualmente existentes para erradicar os mecanismos de corrupção e desperdício, além de um processo de priorização, para o qual será fundamental a participação da sociedade.

## **II. O NACIONAL**

45. Um verdadeiro projeto de nação para o Brasil deve incorporar, simultaneamente, e de modo articulado, um conjunto de atributos: inclusão social – isto é, erigir o social como eixo do desenvolvimento; equacionamento da questão federativa, preservando e valorizando a diversidade das culturas regionais; aprofundamento da democracia, sustentando uma efetiva cidadania política ativa, abrindo-se para a sociedade sem recear os conflitos sociais; amparar-se num Estado democratizado, ágil e desprivatizado, dotado de autonomia para a formulação e a gestão da política econômica nacional e da regulação social dos mercados; enfim, inserir-se da maneira soberana no mundo.
46. A inserção soberana no mundo e a recuperação dos espaços de autonomia na gestão da economia nacional implicam desenvolver políticas dirigidas a reduzir de modo significativo a dependência e a vulnerabilidade externas, que constituem, na atualidade, a restrição fundamental para a retomada e sustentação do crescimento econômico. Isso transcende o alcance das políticas tradicionais de ajuste macroeconômico e de suporte ao funcionamento espontâneo do mercado, inserindo-se necessariamente numa estratégia de desenvolvimento agrícola e industrial que possibilite a articulação das ações do Estado e do setor privado voltadas à expansão da capacidade e à integração e diversificação do sistema produtivo, bem como à construção das bases tecnológicas de sustentação do desenvolvimento e ao aumento da produtividade sistêmica da economia brasileira. Requer, ainda, a simultânea reconstrução do sistema de financiamento de longo-prazo que viabilize o novo ciclo de investimentos, tanto em infra-estrutura quanto na produção interna de bens de capital.
47. Nesse contexto macro-estrutural, as políticas específicas orientadas à redução da vulnerabilidade e da dependência externas se projetam em seis dimensões. Em primeiro lugar, a recuperação do saldo comercial e a redução do déficit na conta de serviços do balanço de pagamentos, com vistas à diminuição acentuada do déficit em transações correntes, hoje na casa dos 5% do PIB. Particularmente relevantes nesse âmbito são o estímulo à expansão e a melhoria na pauta de exportações – enfatizando nos diversos setores a agregação interna de valor e a elevação do conteúdo tecnológico dos bens exportados – o aperfeiçoamento e a racionalização das estruturas de transporte, armazenamento e comercialização, que oneram a competitividade da produção exportável, a re-substituição de importações, especialmente no segmento de bens de consumo, eletro-eletrônicos, bens de capital, petróleo e química, e o aproveitamento de nossas potencialidades nas áreas de turismo e indústria naval.
48. Em segundo lugar, a correção dos desequilíbrios oriundos da abertura comercial, através da revisão da estrutura tarifária e da criação de proteção não tarifária, amparada pelos mecanismos de salvaguarda da OMC, para atividades consideradas estratégicas. Nessa mesma linha se insere uma política de defesa comercial ativa, destinada a proteger o país contra práticas desleais de concorrência e agressões

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

econômicas e a preservar os interesses nacionais nas transações bilaterais e nas relações com os organismos multilaterais. As alterações na proteção à produção nacional não implicam, contudo, o fechamento da economia, nem tampouco devem promover a ampliação do grau de monopólio e das margens unitárias de lucro das empresas instaladas no país.

49. Em terceiro lugar, a adequação da política relativa ao capital estrangeiro às diretrizes e às prioridades do novo modelo econômico. Isso significa implantar mecanismos de regulação da entrada de capital especulativo e reorientar o investimento direto externo com critérios de seletividade que favoreçam o aumento das exportações, a substituição de importações, a expansão e a integração da indústria de bens de capital e o fortalecimento de nossa capacidade endógena de desenvolvimento tecnológico. É essencial que o capital estrangeiro se vincule à criação de capacidade produtiva adicional e compense o aumento da remessa de lucros, dividendos e royalties com seu impacto positivo sobre o saldo comercial.
50. Em quarto lugar, a regulamentação do processo de abertura do setor financeiro. A redução da fragilidade externa da economia brasileira envolve também a eliminação de brechas legais que facilitam a realização de operações financeiras não transparentes com o exterior, a revisão dos esquemas de captação de recursos utilizados pelo sistema bancário para operações de arbitragem com títulos públicos e a regulamentação do ingresso de novos bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional.
51. Em quinto lugar, com relação à dívida externa, hoje predominantemente privada, será necessário denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI, para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento e à defesa comercial do país e bloquear as tentativas de re-estatização da dívida externa, reduzindo a emissão de títulos da dívida interna indexados ao dólar. O Brasil deve assumir uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública, particularmente de países como o Brasil, o México e a Argentina, que respondem por grande parte da dívida externa mundial e, não por acaso, tem grande parte de sua população na pobreza.
52. Em sexto lugar, a consolidação da vocação de multilateralidade do comércio exterior brasileiro mediante políticas direcionadas à diversificação de mercados, ao fortalecimento e ampliação do Mercosul e à retomada do projeto de verdadeira integração latino-americana, ao estabelecimento de programas de cooperação econômica e tecnológica com potências emergentes como a Índia, a China, a África do Sul, entre outras, à desconcentração e diversificação do setor exportador e, finalmente, ao estabelecimento de alianças específicas com empresas estrangeiras para uma política qualificada de re-substituição de importações.
53. Quanto à ALCA, tendo em conta a avaliação já efetivada, não se trata de uma questão de prazos ou de eventuais vantagens nesse ou naquele setor. Tal como está proposta, a ALCA é um projeto de anexação política e econômica da América Latina aos EUA, cujo alvo principal, pela potencialidade de seus recursos e do seu mercado interno, é o Brasil. O que está em jogo, então, são os interesses estratégicos nacionais, é a preservação de nossa capacidade e autonomia para construir nosso próprio futuro como nação. Em outras palavras, rechaçar essa proposta, tal como está sendo apresentada, é um requisito essencial para viabilizar o objetivo de redução de nossa dependência e vulnerabilidade externas. Por outro lado, a inserção soberana do Brasil no mundo exigirá esforços no sentido de aprofundar e aperfeiçoar as relações comerciais bilaterais de nosso país com os Estados Unidos – o mais importante parceiro individual do Brasil no comércio mundial – e com a União Européia – o melhor exemplo de integração supranacional exitosa e calcada em regras democráticas.

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

54. Do ângulo da política externa, é preciso se opor à blindagem internacional que sustenta o neoliberalismo globalizado e recuperar valores como a cooperação nas relações internacionais. Nesse sentido, será decisivo utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e articular partidos, governos e forças políticas que lutam por sua identidade e autonomia, justamente num momento em que cresce a reação popular pela nacionalização dos centros de decisão política e econômica dos países periféricos. Revoltas populares sucedem-se em diversos países, em particular na América Latina, onde o caso da Argentina é a última e mais radical manifestação das consequências de uma política imposta pelo FMI. A instabilidade crescente da economia mundial, com a sucessão de crises, tem retirado legitimidade do projeto neoliberal. Esta mudança do quadro mundial permite combinar a defesa da soberania com a luta por uma ordem internacional radicalmente distinta da que está sendo construída. À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a defesa do socialismo democrático começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um programa de esquerda em escala internacional. Não podemos defender o isolamento nacional; é preciso lutar pelos interesses de toda a humanidade. Assim, as relações internacionais não devem ser entregues à lógica dos mercados desregulados ou ao mando imperial levado a cabo pelas instituições da globalização neoliberal – FMI, Banco Mundial, OMC, ALCA. Desta forma, a soberania nacional deve ser associada estreitamente com soberania popular, e com solidariedade internacional entre os povos oprimidos pelo imperialismo. Mais do que um “PROJETO NACIONAL”, trata-se de formular um projeto que incorpore a defesa da Nação e se proponha a transformá-la e a lutar por uma outra ordem internacional. Deve-se valorizar o Fórum Social Mundial e, ainda, fortalecer o movimento de defesa da taxa Tobin e pela constituição de um fundo internacional de combate à pobreza, pelo fim dos paraísos fiscais, pela criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais e pelo estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital externo especulativo. A campanha internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres deverá ter forte participação do Brasil e deve ser acompanhada pela perspectiva de auditoria e renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do “terceiro mundo”.
55. Um outro modelo de desenvolvimento demandará, necessariamente, um Estado democrático forte, com um novo padrão de ação na economia que, sendo distinto daquele do período nacional desenvolvimentista, permita superar o quadro de desestruturação institucional e de subordinação da ação estatal às esferas de decisão financeira, herança da ideologia do “Estado mínimo” na década de 1990. Esse novo padrão de ação estatal se projetará em dois planos interligados. Em primeiro lugar, a reconstrução da capacidade estatal de regulação e de suporte ao desenvolvimento e, em segundo lugar, a reversão da fragilidade fiscal.
56. A reconstrução da capacidade estatal de regulação e de suporte ao desenvolvimento envolverá a recriação de formas de coordenação público-privadas atuando em vários campos relevantes. O ponto inicial diz respeito à ação sobre uma questão que o mercado é reconhecidamente incapaz de equacionar: o ataque à concentração de renda e riqueza, à exclusão social e ao desemprego. O Estado deverá também desempenhar um papel estratégico nas atividades de infra-estrutura, financiamento e ciência e tecnologia, todas centrais para a criação de externalidades positivas e para o aumento da eficiência sistêmica.
57. Em segmentos como petróleo, energia, saneamento, bancos, onde a presença das empresas estatais ainda é relevante, ela deverá ser preservada e consolidada. O programa de privatizações será suspenso e reavaliado, sendo auditadas as operações já realizadas, sobretudo onde existem notícias de má utilização de recursos públicos ou negligência no que toca aos interesses estratégicos nacionais. No setor energético, em particular, poderá ocorrer a revisão de privatização, para que sejam resgatados o planejamento estratégico e a gestão integrada do sistema. No conjunto dos setores privatizados, o novo governo terá que assegurar investimentos que ampliem de forma

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

sustentável a infra-estrutura do país, exigindo metas dos novos concessionários, além de recuperar o planejamento e realizar investimentos públicos nos setores onde eles se fizerem necessários. Com essa perspectiva, será preciso alterar o marco regulatório das agências reguladoras nacionais, além de recuperar o poder de fiscalização e de controle público.

58. O Estado não pode limitar as suas ações à administração do curto-prazo e das questões emergenciais, mas deve pautar-se por uma visão estratégica de longo-prazo, que dê conta do papel fundamental do dinamismo do investimento, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica reativar o planejamento econômico, para assegurar um horizonte mais longo para os investimentos e implantar políticas ativas setoriais e regionais. Ao investimento público estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário.
59. A reconstrução de um sistema de financiamento do desenvolvimento se apoiará em três princípios: a) o fortalecimento e a reorientação das instituições especiais de crédito (BNDES, CEF, Banco do Brasil, etc.), essenciais para o financiamento de atividades de maior risco ou de prazos de retorno mais longos; b) a ampliação do crédito dirigido de instituições privadas (por meio de instrumentos como exigibilidades ou redesconto seletivo); c) a ampliação da poupança doméstica de longo-prazo, seja pela constituição de uma previdência pública complementar (sob regime de capitalização), seja através de uma nova gestão mais eficaz, com novas prioridades, dos fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS-PASEP, FAT). A maior formalização do emprego, neste caso, ampliaria os recursos desses fundos e permitiria alavancar o financiamento de longo-prazo.
60. A reversão da fragilidade fiscal, para garantir a consistência da política fiscal é uma pedra angular de sustentação do novo modelo de desenvolvimento. Isso significa, antes de tudo, a preservação da solvência do Estado, traduzida na redução substantiva e progressiva do comprometimento das receitas com o pagamento de juros da dívida pública e em sua capacidade de realizar políticas ativas e coordenadas de gasto público (inclusive o gasto social). A perspectiva de colocar o social como eixo do desenvolvimento exigirá uma revisão completa das atuais políticas que colocam a dívida financeira e seus credores como a prioridade número um do Estado brasileiro. Nesses termos, a redução da fragilidade externa deverá promover uma redução das taxas de juros cobradas nos financiamentos externos, com efeitos positivos sobre a taxa de juros doméstica de curto-prazo, a qual influencia o custo do financiamento da dívida pública, diminuindo a carga de juros e a imprevisibilidade de sua trajetória.
61. Dado o objetivo de manter a solvência do Estado, cabe preservar um aspecto essencial do gasto público, qual seja, o seu papel anti-cíclico e estimulador do crescimento econômico. Do ponto de vista cíclico, a evolução do déficit público não pode estar sujeita a metas de longo-prazo ou a concepções anacrônicas e marcadamente ortodoxas e monetaristas que postulam o orçamento equilibrado como um valor absoluto e permanente. Tal equilíbrio pode ser alcançado através do crescimento econômico e da estabilidade macroeconômica (que induzem ao pleno emprego e à maximização das receitas fiscais).
62. Do lado das receitas, coloca-se a necessidade de realizar uma reforma tributária ampla, baseada nos critérios de eficácia da arrecadação e de justiça-fiscal. É preciso desonerar a produção, reduzir os tributos sobre os assalariados e as classes médias (progressividade dos impostos), taxar grandes fortunas e grandes heranças e ampliar a base de arrecadação, ao reduzir as brechas para a evasão e a sonegação fiscais (por exemplo, através do acesso aos dados da CPMF).

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

63. A consolidação da controle inflacionário, num contexto em que as prioridades são o crescimento com distribuição de renda e a redução dos desequilíbrios externos, será uma tarefa bastante complexa, que irá requerer uma articulação governamental com o setor privado e com a sociedade civil – por exemplo, para a remoção de gargalos em termos de capacidade produtiva, ou para evitar aumentos de preços em função do grau de monopólio. Neste caso, serão de utilidade câmaras setoriais e instrumentos de regulação do Estado e de defesa dos consumidores. Isto não implicará, no entanto, o retorno a formas diretas ou indiretas de indexação de preços ou contratos. Por oposição ao monitoramento de caráter monetarista e ortodoxo do FMI, o novo governo buscará assumir publicamente um conjunto de compromissos sociais e econômicos em sintonia com os objetivos e prioridades do novo modelo de desenvolvimento. Nesse quadro, caberá estabelecer metas de crescimento econômico, geração de emprego, de investimento social e da inflação que concretizem e que confirmem consistência àquelas prioridades, viabilizando, ao mesmo tempo, seu amplo controle público.

### **III. O DEMOCRÁTICO**

64. O modelo de desenvolvimento comandado pelo governo democrático e popular estará sustentado num novo contrato social, fundado num compromisso estratégico com os direitos humanos, na defesa de uma revolução democrática no país. A alternativa proposta representará uma ruptura com nossa herança de dependência externa, de exclusão social, de autoritarismo e de clientelismo e, simultaneamente, com o neoliberalismo mais recente. Isso envolverá, portanto, uma disputa de hegemonia, em que a afirmação de valores radicalmente democráticos estará contraposta, por um lado, à cultura política e às práticas do clientelismo, da conciliação, da privatização do público e, por outro, à cultura de mercantilização que articula valores e determina atitudes individualistas e consumistas, inclusive entre os próprios segmentos excluídos e oprimidos.
65. É inaceitável continuar convivendo numa sociedade em que a força das relações e das lealdades pessoais se transforma, com tanta freqüência, na predação de recursos públicos e na corrupção. De igual modo, as bolsas de valores e os mercados financeiros não podem regular a sociedade. O mercado não produz justiça e não tem qualquer compromisso com a ética democrática e a justiça social. Os acordos clientelistas e a “mão invisível” do mercado não podem substituir o debate público e democrático e as decisões daí emanadas – as únicas capazes de assegurar a proteção ao meio ambiente e a justiça social. Estamos propondo uma radical defesa dos direitos humanos e das liberdades. Isso exige a desprivatização do Estado, a constituição de novas esferas públicas de controle social do Estado e o controle social e democrático do mercado.
66. A construção do novo modelo de desenvolvimento se dará nos marcos do Estado de direito. Nossas propostas de mudanças profundas nos rumos do país serão transparentes e previsíveis, marcadas pela disposição permanente ao diálogo, respeitando sempre os princípios de nosso projeto: desenvolvimento autônomo, justiça social, participação democrática. Por outro lado, a implementação desse novo modelo terá que equacionar limitações legais e institucionais importantes. Isso significa que as reformas políticas e institucionais tenderão a assumir um papel decisivo, exigindo intensa mobilização e pressão popular e base de sustentação parlamentar.
67. Os principais pontos de uma reforma política democratizadora são: a adoção do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; a fidelidade partidária; a redefinição da representação dos Estados na Câmara Federal (respeitados os princípios federativos); a democratização dos meios de comunicação, com a implementação imediata do Conselho de Comunicação Social previsto na Constituição; a completa reformulação nas agências de regulação, integrando-se a participação dos trabalhadores e dos consumidores (exigências que visam universalizar serviços e garantir sua acessibilidade e qualidade); reforma e controle externo do poder judiciário.

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

A Lei de Responsabilidade Fiscal – preservados os mecanismos democráticos de controle fiscal dos governos – precisa ser reformulada de tal modo que a responsabilidade fiscal seja informada pela responsabilidade social (e não pelos interesses exclusivos do sistema financeiro).

68. Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que dêem suporte ao Estado-Nação brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo.
69. Os trabalhadores já incorporados e aqueles a serem incluídos pelas políticas de crescimento e de proteção social são a principal base de sustentação do novo contrato social. Os pequenos empresários e os setores médios irão se beneficiar diretamente do crescimento econômico e das novas oportunidades a serem abertas, e indiretamente através da redução da violência social que está por toda a parte. É evidente que um dos objetivos básicos das mudanças propostas consiste na inclusão dos excluídos – uma multidão não organizada que não chega a ser cidadã, e que quase não é produtora e consumidora. A perspectiva da inclusão social cria condições para sua auto-organização (sob diferentes formas), e portanto sua conversão em uma relevante força política cidadã. A construção de um país mais homogêneo do ponto de vista social trará benefícios para a grande maioria, conferindo consistência ao processo de democratização do país.
70. Ao lado da sustentação social e política no país – ancorada em alianças sociais e políticas em torno de nosso programa e no estímulo ao avanço das lutas populares e de uma participação ativa da sociedade – será também necessário construir alianças e um amplo leque de apoio internacional. Não estamos sozinhos na defesa de alternativas democráticas e populares ao modelo neoliberal, e nem poderíamos optar pelo isolamento econômico, político e cultural. Nossa perspectiva é universalista em seus objetivos, e reivindica uma inserção ativa e soberana do Brasil no mundo. Assim, uma política alternativa de regionalização, que passa pelo resgate do Mercosul e da integração latino-americana, pode vir a ser relevante instrumento de articulação de forças na região.
71. Por isso, uma reforma tributária adequada a tais princípios deve incorporar, necessariamente, as questões postas pela nossa condição de país federativo. Nessa perspectiva, a valorização das esferas local e regional passa não só pelo seu fortalecimento em termos de volume de recursos disponíveis (o que é decisivo, em face da reação centralizadora da década de 1990), mas também e sobretudo pela divisão mais equitativa do bolo tributário do ângulo territorial. É preciso, por outro lado, em substituição à guerra fiscal, adotar políticas nacionais de fomento ao desenvolvimento regional e local, voltadas a combater as disparidades territoriais, a serem sustentadas financeiramente pela reorientação do uso de fundos públicos existentes, (inclusive com relação a subsídios). Nessa perspectiva, faz todo sentido combinar a definição de prioridades nacionais, baseadas em critérios claros e impessoais (regiões atrasadas, regiões em processo de reconversão industrial, políticas horizontais relativas a emprego, meio-ambiente, gênero, raça, etc.) com operacionalização local, vinculada à participação cidadã. Nesse quadro, a descentralização da prestação dos serviços públicos (como educação, saúde, saneamento, habitação, transportes e segurança) deve ser vista como uma necessidade cuja implementação precisa contar com a garantia de recursos correspondentes e estar associada a padrões de qualidade, equidade e controle público.

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

72. Além disso, é fundamental levar a efeito a refundação de dois importantes níveis territoriais de gestão pública compartilhada: as macro-regiões, envolvendo estados com realidades semelhantes e problemas cuja solução exija ações conjuntas, na base da cooperação, e as micro-regiões – sobretudo as áreas metropolitanas – envolvendo municípios com desafios comuns, que não podem ser equacionados de modo isolado. Em ambos os casos, gestão pública compartilhada significa a participação simultaneamente horizontal e vertical, de representantes da união, de estados e de municípios das regiões constituídas, aberta também à sociedade civil organizada.
73. Por fim, a redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa – uma das referências centrais de nossos governos estaduais e municipais – deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-gestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões (salvo raras exceções). Serão, portanto, não apenas espaços de debate e deliberação envolvendo Estado e sociedade, mas igualmente de disputa de hegemonia com a cultura clientelista e com os valores neoliberais.
74. Sem a pretensão de conclusividade – até porque a conformação dos inúmeros canais de participação dependerá não só do governo, mas também da interação com a sociedade – convém destacar desde logo algumas iniciativas relevantes nesse campo: a implementação do orçamento participativo no nível central será desafio de peso, na medida em que não se trata de efetuar uma mera transposição mecânica de políticas em curso nos níveis local e estadual para o central, que é muito mais complexo (será necessário, por exemplo, tomar na devida conta a estrutura federativa brasileira); os variados conselhos temáticos ou setoriais – inclusive para o controle público das empresas estatais e das concessionárias de serviços públicos; a reformulação de fundo das agências nacionais de regulação, integrando representantes dos consumidores; instituições como as câmaras setoriais, voltadas à elaboração, negociação e implementação de políticas industriais ou setoriais; gestão participativa dos fundos públicos, etc.
75. Em segundo lugar, um novo modelo de gestão pública, no contexto de um Estado forte – em contraposição ao “Estado mínimo” e à correspondente fé cega nos mecanismos de mercado – deve ser um Estado que, além de democrático e participativo, desempenhe as funções que lhe caberão de maneira adequada. Isto significa, por um lado, a recuperação do planejamento estratégico de governo, como instrumento para a remontagem da capacidade estratégica de ação do Estado (prever, planejar, agir, investindo ou coordenando iniciativas com o setor privado e a sociedade), tendo em conta a necessidade de integração de ações setoriais em muitas das iniciativas prioritárias e o interesse de monitorar resultados das ações. Por outro lado, significa a reorganização da forma de prestar serviços públicos, conferindo-lhes qualidade com economia de recursos. Outro grande desafio, que – presidido pela noção de avaliação de resultados – deve incorporar o uso de tecnologias modernas, a reformulação de rotinas e procedimentos, a melhoria dos ambientes de trabalho e, como é óbvio, a valorização dos servidores públicos e de suas condições salariais e de trabalho (sempre tendo em conta que, dadas as defasagens de salários frente a limitações de recursos, a melhor maneira de realizar negociações democráticas é tratá-las em espaços de debate público mais amplos, como o orçamento participativo).

# CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

76. As diretrizes de programa de governo anteriormente estabelecidas não têm a pretensão, nem de detalhar propostas de ação, nem de abarcar todos os assuntos e aspectos que estarão sob a responsabilidade do governo democrático e popular. Elas pretendem apenas, por um lado, avançar linhas gerais de ação e de políticas que, com o devido detalhamento, pretenderão se concretizar como prática de governo; por outro lado, elas se propõem a tornar clara uma concepção de governo para o Brasil, um projeto que, articulando as dimensões social, nacional e democrática, seja capaz de contribuir para a construção de uma nação soberana, inclusiva socialmente e democrática. Porque, para nós, programa de governo é para valer.